

Política externa precisa ser mais debatida, diz Marco Maciel 4

PEC de Geovani Borges proíbe exames como o da OAB 4

Cristovam quer agência para cuidar das crianças 4

Acir Gurgacz pede fim da greve da saúde em Rondônia 4

Projetos do pré-sal são destaque nas comissões

O que cada um vai analisar

Na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, matérias serão relatadas por Kátia Abreu, Antonio Carlos Júnior e Tasso Jereissati; projetos poderão ser levados ao exame do Plenário em abril



José Cruz

PLC 16/10

regulamenta o sistema de **partilha** para produção nos campos do pré-sal e redistribui os *royalties* entre estados e municípios

Relatora
Kátia Abreu
(DEM-TO)

PLC 309/09
autoriza a criação da Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. (Petro-Sal)

Relator
Tasso Jereissati
(PSDB-CE)



José Cruz



Gerônimo Magalhães

PLC 7/10

cria o **Fundo Social** com recursos do petróleo

PLC 8/10

trata da **capitalização** da Petrobras

Relator
Antonio Carlos Magalhães Júnior
(DEM-BA)

A agenda das comissões nesta semana está voltada para o exame dos quatro projetos do Executivo

Amanhã termina o prazo para apresentação de emendas, que está centralizada na Comissão de Justiça. Alguns relatores poderão propor audiências públicas para instruir os projetos, opondo-se à decisão do governo de examinar as propostas em regime de urgência. Em Plenário, na sexta-feira, João Vicente Claudino afirmou que o projeto que trata da redistribuição dos *royalties* apresenta dois artigos incompatíveis entre si, o que, para ele, deve acirrar ainda mais os ânimos. Hoje, a Comissão de Infraestrutura debate a capacitação de mão de obra para o pré-sal. 3

Comissão ouve em São Paulo sugestões para modernizar o CPC



Antônio Carreter/TJSP

Tribunal de Justiça de São Paulo ficou lotado para debate promovido pela Comissão de Juristas, criada pelo Senado para sugerir a reformulação do código

Senado pode aprovar amanhã simplificação para o divórcio

Proposta em discussão acaba com exigência mínima de um ano de separação judicial ou dois anos de fato. 3

Plenário lembra os cem anos da morte de Joaquim Nabuco

Sessão especial para homenagear político e grande nome do abolicionismo está marcada para amanhã. 2

Juristas, professores e ex-juizes participaram, na sexta-feira, em São Paulo, de uma audiência pública organizada pela Comissão

de Juristas, criada pelo Senado para propor um novo texto para o Código de Processo Civil. As sugestões para agilizar a trami-

tação dos processos coincidem com mecanismos em estudo pela comissão, como o incidente de coletivização. 2

Professores e especialistas na área de Direito debatem com Comissão de Juristas as melhores sugestões para aperfeiçoar o Código de Processo Civil

Senado busca a melhor saída para desafogar Justiça

A COMISSÃO DE Juristas encarregada de elaborar o anteprojeto do novo Código de Processo Civil (CPC) promoveu na sexta-feira, em São Paulo, sua quinta audiência pública para discutir sugestões ao texto que pretende aperfeiçoar os trabalhos da Justiça.

O grupo, presidido pelo ministro do Superior Tribunal de Justiça, Luiz Fux, ouviu opiniões de profissionais da área e de estudiosos do Direito, como a professora Ada Pellegrini

Grinover, o consultor jurídico e ex-desembargador José Manoel de Arruda Alvim Netto e o professor Kazuo Watanabe, entre outros.

Watanabe expôs dados a respeito do crescimento da demanda pelo Poder Judiciário. Segundo ele, somente no estado de São Paulo há quase 18 milhões de processos tramitando em primeira instância. Além disso, de acordo com o professor, enquanto a população de São Paulo cresce em média 2,1%



Ministro Luiz Fux defendeu, na audiência pública em São Paulo, o incidente de coletivização e a redução dos recursos

ao ano, as demandas judiciais aumentam 12%.

Luiz Fux apontou como respostas para isso o incidente de coletivização – nos casos das demandas de massa – e a diminuição da quantidade de recursos, além da adoção, no primeiro grau de jurisdição, de uma única oportu-

nidade de impugnação, quando da sentença final, nos casos das ações individuais.

Ada Grinover ressaltou a conciliação e a mediação como instrumentos que podem diminuir o número de processos que ingressam na Justiça. Com menos demandas, seria possível agilizar

o andamento dos processos.

Relatora da comissão, a jurista Teresa Wambier destacou a importância das audiências públicas, que têm aberto os trabalhos da comissão de forma democrática e, ao mesmo tempo, sido fonte de reflexão e de coleta de sugestões.

Plenário lembra Joaquim Nabuco amanhã, às 14h

O Senado homenageia amanhã, às 14h, o pensador, escritor, diplomata, político e abolicionista Joaquim Nabuco. A sugestão de fazer a homenagem antes da sessão plenária foi do senador Cristovam Buarque (PDT-DF). A Lei 11.946/09 instituiu 2010 como Ano Nacional Joaquim Nabuco, para celebrar o centenário de sua morte, ocorrida em 17 de janeiro de 1910, em Washington.

Nascido no Recife em 19 de agosto de 1849, Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de Araújo foi historiador, jurista e jornalista, além de um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras. Foi embaixador nos Estados



Joaquim Nabuco foi figura essencial na luta pelo fim da escravidura

Unidos entre 1905 e 1910 e destacou-se pela sua luta contra a escravidão.

Filho do jurista e senador do Império José Tomás Nabuco de Araújo Filho e de Ana Benigna de Sá Barreto Nabuco de Araújo, Nabuco foi deputado e, apesar de monarquista, conciliava essa posição política com sua postura abolicionista.

CAS pode votar a criação do prontuário eletrônico no SUS

O primeiro item da pauta da Comissão de Assuntos Sociais do Senado (CAS) é o PLS 474/08, que institui prontuário eletrônico e cadastro nacional unificado para pacientes e profissionais do Sistema Único de Saúde (SUS).

Com o cadastro, tanto os pacientes como esses profissionais poderão usar a internet para ter acesso a dados sobre exames, receitas médicas, internações e procedimentos laboratoriais e hospitalares, entre outros.

O projeto da ex-senadora Roseana Sarney tem parecer favorável da senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN), presidente da CAS. A proposta estende as suas medidas, "no que couber", às operadoras de planos de saúde e a seus beneficiários. E também determina que o cadastramento e o acesso aos sistemas em questão devem "assegurar a privacidade e a confidencialidade da informação de saúde dos cidadãos".

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.asp

Segunda-feira

Plenário Sessão não deliberativa

14h A sessão do Plenário é não deliberativa, dedicada a comunicados da Mesa, leitura de expediente e pronunciamentos.

CI Capacitação para o pré-sal

18h Dando continuidade ao ciclo de debates Recursos Humanos para Inovação e Competitividade, a Comissão de Serviços de Infraestrutura realiza em audiência pública o painel "Desafios, necessidades e perspectivas na formação e capacitação de recursos humanos para exploração, refino e distribuição dos produtos existentes nas reservas petrolíferas no pré-sal", com a participação de dirigentes de estatais e empresas privadas do setor.

Terça-feira

CAE Recuperação pós-enchentes

9h30 A Comissão de Assuntos Econômicos analisa projeto que institui programa de revitalização de áreas atingidas pelas enchentes em 2008 e 2009. Outro projeto estende isenção de IPI na compra de veículos a portadores de deficiência auditiva.

CRA Quedas de energia

9h30 Recorrentes apagões levaram a comissão a debater critérios para implantação de linhas de transmissão, especialmente para pequenas hidrelétricas. Participam, entre outros, o presidente da Empresa de Pesquisa Energética, Maurício Tolmasquim; o diretor-geral da Aneel, Nelson José Hübner; e o diretor-técnico das Linhas de Transmissão do Itaim, José Carlos Herranz Yagüe.

CE Regras para esportes radicais

11h O primeiro item da pauta da Comissão de Educação é a proposta que fixa regras para a prática de esportes radicais ou de aventura. Também em pauta projeto que obriga a inserção de mensagens, na internet, sobre os danos do consumo de drogas.

CMA/CDH Denúncias sobre Bancoop

11h30 As comissões de Meio Ambiente e de Direitos Humanos realizam audiência pública sobre denúncias de irregularidades na aplicação de recursos de fundos de pensão na Cooperativa Habitacional dos Bancários (Bancoop). Foram convidados o promotor José Carlos Blat; o corretor Lúcio Funaro; o ex-presidente da Bancoop João Vaccari; e o advogado da cooperativa, Pedro Dallari.

Quarta-feira

CCT Lei nas listas telefônicas

8h30 A Comissão de Ciência e Tecnologia examina projeto que institui o Fundo de Investimentos em Telecomunicações e o que exige das operadoras de telefonia fixa a divulgação da legislação de defesa do consumidor nas listas telefônicas. Outros 27 projetos autorizam o funcionamento de emissoras de rádio e TV.

CDH Conselhos tutelares

10h Na Comissão de Direitos Humanos, audiência discute as atribuições e responsabilidades dos conselhos tutelares com os presidentes do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), Fábio Feitosa; da Associação dos Conselhos Tutelares do Rio de Janeiro, Tânia Cubiça; entre outros.

CCJ Apropriação de gorjeta

10h Entre os 33 itens da pauta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, está a proposta que tipifica como crime a apropriação de gorjeta por donos de bares e restaurantes. Também na pauta, projeto que cria o Fundo Nacional Pró-Leitura (FNPL).

SESSÃO ONLINE: a íntegra dos pronunciamentos publicados no *Jornal do Senado* pode ser lida no endereço www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de sexta-feira do Senado Federal foi presidida por Cristovam Buarque • Acir Gurgacz

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sílvia Gomide
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editor-chefe: Flávio Faria
Editores: Edson de Almeida, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Rafael Faria, Suely Bastos e Sylvio Guedes
Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo S. Alves
Revisão: André Falcão, Eny Junia Carvalho, Fernanda Vidigal, Miquéas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burle
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333
Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Simplificação do divórcio pode ser votada amanhã

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 28/09, que acaba com a exigência de separação judicial prévia por mais de um ano ou separação de fato por mais de dois anos para a obtenção do divórcio, poderá ser votada na sessão de amanhã, em segundo turno.

Caso a proposta seja aprovada, o casamento civil poderá ser dissolvido simplesmente pelo ato do divórcio, sem a necessidade de se comprovar o período de separação judicial ou de fato.

Do deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ), a PEC foi aprovada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com voto favorável do relator, senador Demostenes Torres (DEM-GO).

Para Demostenes, perdeu o sentido manter prazos mínimos de separação judicial e de fato para que seja concedido o divórcio, passados mais de 30 anos da edição da Emenda Constitucional 9/77, que admitiu o divórcio no Brasil.

– A sociedade brasileira é madura para decidir a própria vida, e as pessoas não se separam ou se divorciam apenas porque existem esses institutos. Portanto, não é a existência do instituto do divórcio que desfaz casamentos, nem a imposição de prazos ou separações intermediárias que o impedirá – argumenta o senador.

Crescimento

Também pode ser votado amanhã – é o primeiro item da pauta – o projeto de decreto legislativo (PDS 27/10) que aprova a programação monetária relativa ao quarto trimestre de 2009.

Na mensagem que enviou ao Congresso, o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, expressa otimismo com o cenário da economia brasileira, destacando a aceleração do ritmo de crescimento e a confiança do empresário.

Ao votar pela aprovação da programação trimestral na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), o relator Romero Jucá (PMDB-RR) lembrou que o documento atesta a “aparente superação da fase mais aguda da crise financeira internacional”. Já no primeiro semestre do ano passado, o Banco Central registrou sinais positivos de recuperação da atividade econômica.



Demostenes: sociedade está madura para tomar suas decisões

Quatro projetos relativos ao pré-sal tramitam simultaneamente nas comissões de Constituição e Justiça, de Assuntos Econômicos e de Infraestrutura. A partir de 19 de abril a proposta de criação da Petro-Sal tranca a pauta do Plenário

Pré-sal é a principal proposta em exame nas comissões nesta semana

OS QUATRO PROJETOS do Executivo relativos ao marco regulatório para exploração do petróleo no pré-sal são os destaques das agendas das comissões nesta semana. Amanhã termina o prazo para apresentação de emendas, centralizada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Alguns dos relatores tendem a propor audiências públicas para instruir os projetos, fazendo um contraponto à decisão do governo de examinar as propostas em regime de urgência.

Um dos projetos, o PLC 309/09, que cria a Petro-Sal, poderá entrar na pauta do Plenário em 9 de abril, trancando-a a partir do dia 19. Os outros três – os PLCs 7/10, 8/10 e 16/10 – serão incluídos na pauta até 27 de abril, trancando-a a partir de 5 de maio.

Relatores

O presidente da CCJ, Demostenes Torres (DEM-GO), já indicou os relatores para as propostas. Kátia Abreu (DEM-TO) cuidará do projeto mais polêmico, o PLC 16/10, que institui o regime de partilha para o pré-sal e redistribui os *royalties* entre estados e municípios. O projeto suscita um debate ideológico – o sistema de partilha é acusado pela oposição de aumentar a presença do Estado na exploração – e federativo, porque estados e municípios produtores se sentem prejudicados pela redistribuição prevista na emenda de Ibsen Pinheiro (PMDB-RS).

Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) vai relatar na CCJ dois projetos – o PLC 7/10, que cria o Fundo Social com os recursos do pré-sal, e o PLC 8/10, que trata da capitalização da Petrobras. Esse projeto também tem gerado



Kátia Abreu vai relatar na CCJ projeto que institui o regime de partilha

polêmica, pois há ideias para que os recursos do fundo sejam aplicados em áreas como educação, saúde e previdência.

O PLC 309/09, que cria a Petro-Sal, relatado na CCJ por Tasso Jereissati (PSDB-CE), gerou debates desde que chegou à Casa, pois a oposição propôs na CCJ e na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) o que, na linguagem legislativa, se chama de sobrestamento da matéria. A Petro-Sal cuidaria de algo que estava em outra proposta, que ainda não chegara – o regime de partilha.

Os relatores dos quatro projetos na CAE foram anunciados na quinta-feira passada por Garibaldi Alves (PMDB-RN). Gim Argello (PTB-DF) relatará a proposta de criação da Petro-Sal. Já a que regulamenta o regime de partilha será relatada por Renan Calheiros (PMDB-AL). Delcídio Amaral (PT-MS) será responsável pela que trata da capitalização da Petrobras, e o próprio Garibaldi assumirá a que cria o Fundo Social. Na Comissão de Serviços de Infraestrutura, a expectativa é de que Fernando Collor (PTB-AL) anuncie hoje os relatores.



Dois projetos cabem a Antonio Carlos Júnior e um deles cria o Fundo Social



Tasso Jereissati é o relator da proposta de criação da Petro-Sal



Exploração de petróleo no pré-sal suscita debate ideológico e federativo

Claudino: contradição em projeto sobre royalties acirrará ânimos

O projeto que trata da distribuição dos recursos gerados pela exploração de petróleo no Brasil (PLC 16/10) apresenta dois artigos incompatíveis, fato que acirrará ainda mais os ânimos na votação da matéria, em exame no Senado. O alerta foi feito pelo senador João Vicente Claudino (PTB-PI).

Segundo ele, a Emenda Ibsen, aprovada na Câmara – prevenindo que os recursos do petróleo (mesmo de contratos antigos) serão divididos entre estados e municípios –, não é compatível com o texto contido nas disposições finais, que mantém as regras atuais para concessão em curso e fixa percentuais para o pré-sal.

O capítulo VII da proposta, que trata das disposições finais e transitórias, mantém os contratos antigos pelo sistema de concessão exatamente como são hoje e estabelece novos percentuais para o petróleo do pré-sal, a ser explorado pelo regime de



João Vicente Claudino: Emenda Ibsen é incompatível com texto da proposta

partilha.

– Essa contradição certamente vai ser mais um fator de discórdia. É preciso corrigir isso, não sei como foi aprovado dessa forma – afirmou João Vicente Claudino.

O senador é favorável à Emenda Ibsen, que distribui para todos os estados e municípios os benefícios do petróleo, sem vantagens para estados e municípios produtores.

Comissão debate capacitação para explorar as novas reservas

A Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) realiza hoje a quinta reunião do ciclo de audiências públicas Recursos Humanos para Inovação e Competitividade. O painel tem como tema “Desafios, necessidades e perspectivas na formação e capacitação de recursos humanos para exploração, refino e distribuição dos produtos existentes nas reservas petrolíferas do pré-sal”.

O novo ciclo de debates organizado pela CI teve início no dia 1º de março e vai até 17 de junho e prevê 14 audiências públicas, dentro da programação da Agenda Desafio 2009-2015. A iniciativa pretende discutir e reunir subsídios para a formação e capacitação de mão de obra necessária para enfrentar os desafios nos setores ligados à infraestrutura no país.

Os convidados para a reunião de hoje são José Lima de Andrade Neto, presidente da BR Distribuidora; Nelson Narciso

Filho, diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP); Marcelo Taulois, diretor-presidente da Aker Solutions do Brasil; e Luiz Fernando Santos Reis, presidente do Sindicato Nacional da Indústria da Construção Pesada (Sinicon).

O painel da semana passada tratou dos “Desafios, necessidades e perspectivas da formação e capacitação de recursos humanos em energia – petróleo e etanol”.

A próxima reunião será no dia 12 de abril e abordará os “Desafios, necessidades e perspectivas na formação e capacitação de recursos humanos para prospecção e exploração mineral”.

No dia 19 de abril, a comissão vai tratar da “Copa do Mundo de 2014 e Olimpíadas em 2016: demandas das cidades que sediarão os dois eventos, necessidade de infraestrutura e de formação e capacitação da mão de obra necessária”.

Cristovam defende agência para cuidar das crianças

O senador Cristovam Buarque (PDT-DF) defendeu, na sexta-feira passada, a criação de órgão governamental responsável pelo cuidado às crianças e aos adolescentes brasileiros.

O parlamentar lembrou que já foram criadas secretarias especiais dedicadas às mulheres, à promoção da igualdade racial, à juventude e aos direitos humanos. Para ele, também as crianças e os adolescentes precisam de atenção especial.

Cristovam informou que projeto de lei de sua autoria que cria a Agência de Proteção da Criança e do Adolescente está na Câmara dos Deputados aguardando votação. A proposta (que tramitou no Senado como PLS 50/05), segundo o senador, enfrenta resistência para sua aprovação.

– As crianças do Brasil não estão sendo bem cuidadas – afirmou, ao pedir também aos candidatos à Presidência da República atenção para essa parcela da população.

O senador ressaltou ainda

que o país vive dois exemplos que demonstram o descaso com suas crianças. Um deles, o julgamento do casal Alexandre Nardoni e Anna Carolina Jatobá, acusados de matar a filha de Alexandre, Isabella Nardoni, de cinco anos. O outro, o desaparecimento de seis adolescentes em Luziânia (GO), discutido na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), presidida por ele, em audiência pública com a participação das mães dos jovens desaparecidos.



Projeto de Cristovam enfrenta resistência, segundo o autor

Acir Gurgacz pede acordo pelo fim da greve na saúde em Rondônia

Acir Gurgacz (PDT-RO) fez um apelo por esforços para abreviar a greve dos servidores do setor de saúde, que teve início na última quinta-feira em seu estado. O senador disse considerar um direito adquirido a reivindicação desses profissionais de revisão imediata do seu plano de cargos e salários, pois o próprio governo estadual teria concordado, em junho do ano passado, durante audiência no Tribunal Regional do Trabalho, com o pedido desses profissionais.

Se a revisão não for aprovada até o início de abril, alertou Acir Gurgacz, o governo ficará impedido de conceder o aumento para os servidores, uma vez que esse é o prazo determinado pela legislação em ano eleitoral.

O senador justificou o apelo em favor de um acordo reforçando preocupação com os problemas na área de saúde em Rondônia, como o crescimento de 80% dos casos de dengue em relação ao ano passado. Ele pediu paciência à população rondoniense diante desse momento difícil pelo qual o estado passa, mas propôs um movimento conjunto de convocação do governo do estado e dos profissionais de saúde para que busquem de imediato uma solução para o impasse que, avalia, sequer deveria ter começado.

Para Gurgacz, tanto esse problema na área de saúde como também a continuidade da greve na área de educação demonstram atropelo no planejamento da gestão estadual. Ele ponderou, contudo, ser necessário evitar que essas greves se transformem em palanque eleitoral em ano de eleições.

– Os nossos professores fazem exigências justas, pois estão vendo seu trabalho desvalorizado. Os nossos profissionais de saúde reivindicam o respeito para com um acordo firmado no ano passado. É preciso manter promessas feitas e evitar promessas impossíveis – afirmou.

Hospital

Apesar desse cenário complicado em seu estado, Acir Gurgacz disse ser necessário comemorar o repasse pelo governo federal de R\$ 12,7 milhões para a aquisição de equipamentos para o Hospital Regional de Cacoal. Maior estrutura hospitalar do interior, o senador considera que o hospital é um acerto que deve servir de exemplo para a regionalização da saúde em Rondônia.

O hospital, que será integrado por cerca de 1,4 mil profissionais, com uma estimativa mensal de gastos da ordem de R\$ 5 milhões, contribuirá, segundo explicou, para atendimento da população do interior, reduzindo a sobrecarga que recai sobre a capital Porto Velho.



Acir Gurgacz afirma que aumento só pode ser dado até abril, segundo a lei

Senador afirma que clareza faria com que o Brasil melhorasse as relações entre as nações; Maciel também cobra investimentos na gestão da água e na sua reutilização



Lula em visita a Jerusalém: polêmica da última viagem presidencial reforça convicção de Maciel (D) de que a política externa precisa de maior discussão

Maciel espera que candidatos deem mais atenção à política externa

OS CANDIDATOS À Presidência da República poderiam incluir na agenda dos debates sucessórios a política externa brasileira, sugeriu ontem o senador Marco Maciel (DEM-PE). No seu entendimento, uma maior clareza no setor faria com que o país melhorasse as relações entre as nações, “dando ao Brasil o destaque que ele merece”.

– A política externa brasileira é pouco visível nas campanhas presidenciais, apesar de ser essencial para o país. O aprofundamento dos debates em torno dela contribuiria para posterior superação de impasses externos – analisou.

O senador propôs que os

debates tenham início por dois temas: a criação de novos mecanismos destinados a fortalecer o Mercosul e ações para melhorar as condições de interlocução, que considera débeis, com a União Europeia. Para Maciel, é necessário fortalecer as parcerias comerciais com a Europa e a Ásia.

O Brasil também deve aprofundar as relações políticas, econômicas e sociais com os países fronteiriços, acrescentou Maciel.

Essa iniciativa permitiria a ampliação do comércio e a participação brasileira em obras de infraestrutura – como estradas, ferrovias e usinas de geração de

energia – que venham beneficiar a todos.

Água

O senador também defendeu maiores investimentos na gestão da água e de mecanismos para sua reutilização. O objetivo, disse, é incrementar projetos vitais como os de irrigação e de integração de bacias.

Ao assinalar a passagem do Dia Mundial da Água, comemorado a cada 22 de março, Maciel destacou que a data foi instituída pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1992 e se destina a discutir diversos temas relacionados à proteção dos recursos hídricos.

Geovani Borges quer bacharéis em debate sobre exame da OAB

O senador Geovani Borges (PMDB-AP) defendeu em discurso a inclusão de três bacharéis em Direito no debate sobre o fim do exame da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), que será promovido pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

A audiência pública deverá orientar a votação de projeto de lei (PLS 186/06) do senador licenciado Gilvam Borges (PMDB-AP) que dispensa a obrigatoriedade de aprovação nesse exame para atuação profissional do advogado.

– Essa é uma triagem cruel e não mede a capacidade de ninguém. Se a universidade não tem ensino de qualidade, cabe ao Ministério da Educação fechá-la. Se tem que passar em prova para entrar no mercado, que seja para todos os cursos – declarou.

E-mails de apoio

Geovani Borges também aproveitou seu discurso para ler e-mails de apoio a sua proposta

de emenda à Constituição (PEC 1/10) pela qual o diploma de curso superior é comprovante suficiente de qualificação profissional. A PEC tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e tem o senador Demostenes Torres (DEM-GO) como relator.

– Acho que a OAB é uma instituição de uma importância muito grande para o país, mas não é papel da OAB ditar normas de quem deve entrar no mercado ou não – ressaltou o senador.

Geovani Borges agradeceu as mensagens elogiando a sua PEC, mas lembrou que as assinaturas dos senadores para a apresentação da proposta não significam que eles vão efetivamente votar a favor, por isso sugeriu aos interessados que também escrevam aos outros parlamentares pedindo apoio à PEC.

Para o senador, o caso dos bacharéis em Direito deveria ser tratado da mesma forma como outras profissões, em que o acesso ao mercado de trabalho se dá



Geovani Borges: ou se tem prova para todos, ou não se tem para nenhum

sem a necessidade de uma prova eliminatória como o exame da ordem da OAB.

– Se tem de ter provas para entrar no mercado, que seja para todos os cursos. Só para bacharel em Direito? Quem faz Medicina faz o quê? Faz residência. Mas, a partir do momento em que se faz residência, faz parte da grade curricular do curso de Medicina. Para Engenharia, nos seus vários segmentos, o engenheiro agrônomo, o engenheiro civil, o engenheiro florestal fazem uma espécie de estágio, supervisionado pela faculdade, com normas do Ministério da Educação – lembrou Geovani Borges.